



ATAQUES ARMADOS EM CABO DELGADO

## A guerra silenciosa e silenciada que deixa milhares de pessoas desesperadas

Longe dos holofotes dos media, o terror espalha-se em Cabo Delgado a cada dia que passa. Os ataques armados que começaram na madrugada de 5 de Outubro de 2017 em Mocímboa da Praia já atingiram 9 distritos do centro e norte da província.

Depois de atacar o posto administrativo de Bilibiza, no distrito costeiro de Quissanga, os “insurgentes” reduziram para cerca de 120 quilómetros a distância para alcançar Pemba, a capital de Cabo Delgado. Enquanto o país vive assustado e confinado devido à pandemia do Covid-19, nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado o susto e o confinamento impostos pelos “insurgentes” duram há dois anos e não há fim à vista.

Aliás, mesmo com o novo Coronavírus que “paralisou” o mundo inteiro, os “insurgentes” não dão tréguas e continuam a atacar as comunidades do centro e norte de Cabo Delgado. A situação aumenta a vulnerabilidade das pessoas deslocadas em relação ao Covid-19, pois os serviços de saúde praticamente deixaram de existir.

Em quase toda a província, nenhuma autoridade de Estado aceita falar abertamente sobre a guerra silenciosa que já causou cerca de 500 mortos, entre civis e elementos das Forças de Defesa e Segurança (FDS). “Não temos autorização para falar sobre esse problema. É melhor contactar Maputo”, é a resposta mais recorrente dos dirigentes da província. Mas as informações

que Maputo solta de quando em vez não espelham o drama que se vive no terreno.

Há uma semana, Filipe Nyusi voltou a voar de Maputo para Pemba e de lá para o planalto de Mueda, onde está o quartel militar que coordena as operações conjuntas das FDS. “Ele sempre vai para lá. Muitas vezes só desce no Aeroporto de Pemba para fazer a ligação para Mueda”, conta um trabalhador aeroportuário que testemunhou a passagem do Presidente da República na sexta-feira, 13 de Março. Nas suas idas à Mueda, Nyusi é acompanhado pelos órgãos de informação do sector público, nomeadamente a TVM e a RM.

Já na segunda-feira, o Comandante-geral da Polícia, Bernardino Rafael, “voou” de Pemba para a vila de Mocímboa da Praia



com um grupo de jornalistas de órgãos públicos e privados, depois de ter mantido um encontro com a imprensa na noite de sábado. Um jornalista contactado pelo CDD descreveu um ambiente aparentemente calmo e de poucas pessoas nas ruas da vila da Mocímboa da Praia, em tempos um entreposto comercial de referência. “Não houve tempo nem espaço para entrevistar os residentes locais. Foi tudo às pressas. Só temos discursos oficiais”, contou.

E os relatos oficiais sempre procuram mostrar que a situação está sob controlo, mesmo perante o grito de socorro de milhares de pessoas desesperadas. Os únicos dados oficiais que descrevem o drama económico e social causado pelos ataques armados constam do “Informe sobre o impacto da acção dos malfeitores nas zonas norte e centro de Cabo Delgado”, único documen-

to do Governo que “vazou” para o público nos primeiros dias de Fevereiro.

No informe, as autoridades reportavam 154.609 pessoas afectadas nos nove distritos: Palma, Nangade, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Macomia, Mueda, Meluco, Ibo e Quissanga. Os distritos mais afectados são Macomia, Quissanga e Mocímboa da Praia, todos localizados no litoral da província. As pessoas afectadas correspondem a 32.126 famílias e a maioria viu as suas casas queimadas pelos atacantes.

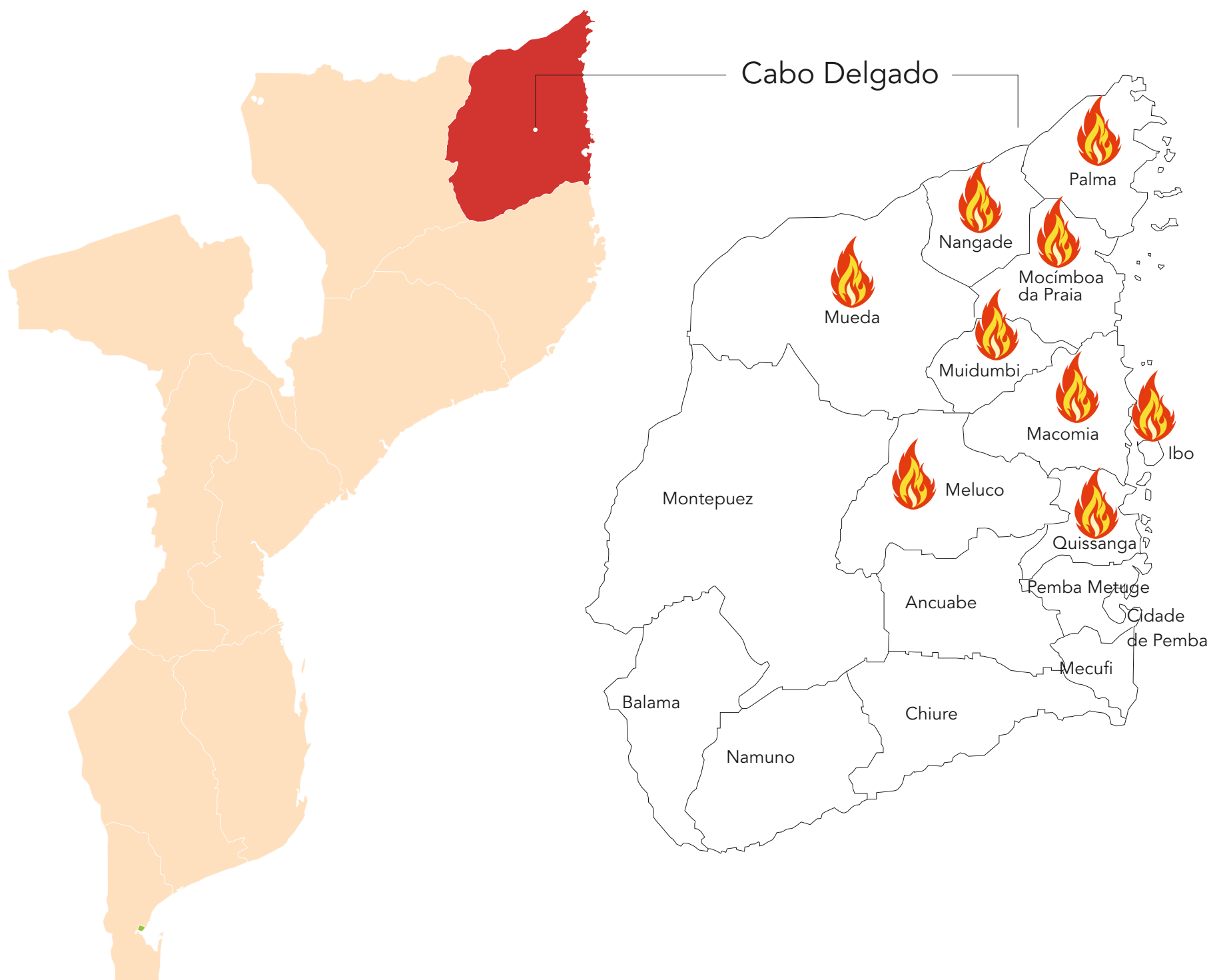
Nas contas do Governo, os “insurgentes” vandalizaram 76 escolas, afectando 21.280 alunos e 349 professores. Há ainda o registo de vandalização do Instituto Agrário de Bilibiza, instituição de ensino técnico-profissional gerida pela Fundação Aga Khan e que tinha cerca de 400 alunos; e a vandalização da Escola de Formação de Professores do

Futuro - ADPP.

As comunidades afectadas pelos ataques dependiam da agricultura de subsistência e da pesca artesanal, mas foram forçadas a abandonar a zona costeira e as plantações devido à insegurança. Até Janeiro, as autoridades contabilizavam 14 mil famílias que tinham abandonado os campos de produção e 1.981 pescadores que tinham fugido do litoral. Na saúde, dados oficiais apontam para cinco centros vandalizados.

Curiosamente, o documento do Governo não menciona o número de vítimas mortais nem de pessoas feridas. Uma estratégia para ocultar a imparável “carnificina” de civis e agentes das FDS. E mais: quem acompanha de perto a situação não tem dúvidas de que o número de pessoas afectadas e de casas e infra-estruturas destruídas ultrapassa de longe as contas oficiais.

## Distritos afectados por ataques



## Milhares de crianças fora das escolas e centenas de professores à espera de “orientações”

No “Informe sobre o impacto da acção dos malfeitores nas zonas norte e centro de Cabo Delgado” divulgado em Fevereiro, o Governo dava conta de que os alunos e professores que viram as suas escolas destruídas pelos “insurgentes” tinham sido integrados em “escolas seguras”. A afirmação não corresponde à verdade. Milhares de crianças não estão a estudar e centenas de professores que conseguiram fugir para zonas seguras continuam a aguardar pelas “orientações” das autoridades. Na mesma situação estão os profissionais da Saúde, sobretudo enfermeiros que trabalhavam nos centros de saúde atacados. Todos os entrevistados afirmaram que estão a receber os seus salários regularmente.

Na cidade de Pemba, onde estão muitas famílias que fugiram de Quissanga, o CDD conversou com alguns professores e enfermeiros. “Em Fevereiro fomos convocados pela Direcção Provincial de Educação e informaram-nos que devíamos voltar a Quissanga para dar aulas. Mas as pessoas que estão na vila sede do distrito dizem que não há segurança nas aldeias, muito menos alunos para ensinar”, conta Jordão Rafael, professor da Escola Primária Completa (EPC) de Namaluco, frequentada por 330 crianças. Ele fugiu para Pemba no dia 25 de Janeiro, depois do segundo ataque na aldeia de Namaluco. “Eram 13 horas e eu estava a escutar música com colegas professores. Apareceu uma senhora a chorar e contou que os atacantes estavam na aldeia e que acabavam de capturar a sua filha. Saímos a correr para a sede da aldeia e os militares que estavam posicionados no local aconselharam-nos a ficar ali. Às 18 horas apareceram algumas pessoas que tinham sido capturadas e disseram que os insurgentes mandaram avisar que iriam atacar durante a noite. Permanecemos no local durante toda a noite debaixo de uma chuva torrencial. Por volta das 04 horas da madrugada ouvimos os primeiros tiros e de seguida vimos casas a serem queimadas. Os militares tentaram responder, mas desistiram e acabamos todos fugindo para o mato. Dia seguinte viajei ao encontro da minha família que se fixou em Pemba em Junho de 2018, altura em que houve o primeiro ataque em Namaluco”, contou Jordão Rafael, lamentando que hoje a aldeia está totalmente abandonada.

Um enfermeiro do Centro de Saúde de Namaluco que não quis ser identificado também esteve presente no dia em que a aldeia foi “visitada” pela segunda vez pelos “insurgentes”. Ao contrário de algumas pessoas que fugiram directamente para Pemba, o enfermeiro desafiou o medo e voltou à aldeia para apurar as condições em que

tinha ficado o centro de saúde. Na verdade, ele aproveitou a “boleia” dos militares que regressaram à aldeia de Namaluco depois da fuga forçada. “Quando cheguei o centro estava em cinzas. Não havia nada para aproveitar ou salvar. Numa das paredes tinham deixado a seguinte mensagem: ‘Havemos de voltar’. Depois de ver o centro, fui à casa onde vivia. Tinham invadido a casa e vandalizado todos os bens, mas não queimaram tudo. Consegui recuperar a comida

que tinha preparado para o jantar e quando estava na casa do vizinho para comer, começamos a ouvir tiros. Saímos a correr até onde estavam os 14 militares e eles fugiram connosco. Sempre que há um ataque, os militares preferem misturar-se com a população porque sabem que eles são alvos preferenciais dos insurgentes. Alguns até tiraram a farda militar e esconderam as armas nos sacos. Todos eles não dominam as matas e durante a fuga perguntavam sempre se estávamos a seguir o caminho mais seguro. Naquele dia percorremos mais de 25 quilómetros a pé e debaixo de muita chuva até Macomia. Chegamos à vila às 22 horas e passamos a noite no quartel militar. Dia seguinte comecei a receber informações sobre colegas que foram mortos durante o ataque”.

Os enfermeiros estão a ser mobilizados para trabalhar na sede distrital de Quissanga. “Não temos coragem para voltar para Quissanga. Perdemos colegas e amigos que foram decapitados. Depois de um ataque é frequente ver cabeças de pessoas espetadas em paus. Há muita gente que está traumatizada e a precisar de ajuda”, reforça outro enfermeiro, que pediu o anonimato.

Há relatos que descrevem que a sede distrital de Quissanga virou uma “vila fantasma”, com serviços públicos mínimos, fraca actividade comercial e ruas militarizadas. No pico dos ataques (finais de Janeiro), foram atingidas pelo menos 14 aldeias e o administrador chegou a abandonar a vila para refugiar-se em Pemba. Na última segunda-feira, o Governador de Cabo Delgado, Valige Tauabo, tinha agendado uma visita de trabalho a Quissanga, mas terá sido desaconselhado a viajar devido à insegurança que se vive naquele distrito.

“

**Milhares de crianças não estão a estudar e centenas de professores que conseguiram fugir para zonas seguras continuam a aguardar pelas “orientações” das autoridades. Na mesma situação estão os profissionais da Saúde, sobretudo enfermeiros que trabalhavam nos centros de saúde atacados. Todos os entrevistados afirmaram que estão a receber os seus salários regularmente.**





## Ataques na Estrada Nacional 380 forçam uma “ponte aérea” entre Pemba e Palma

Já não é seguro viajar pela Estrada Nacional N° 380 (EN380), a principal via rodoviária que liga Pemba e Palma. Os “insurgentes” intensificaram os ataques em diferentes troços da EN380, inviabilizando a ligação por terra entre a terceira maior baía do mundo e a zona que detém uma das maiores reservas de gás natural no mundo.

As petrolíferas que operam na Bacia do Rovuma e as empresas que fornecem bens e prestam serviços foram as primeiras a desistir das viagens por terra para apostar nas ligações aéreas. Caras, mas seguras! As aeronaves partem de Pemba para o aeródromo de Mocímboa da Praia e de lá o “transfer” para Palma é assegurado por helicópteros. Mas as escalas na Mocímboa têm dias contados: a construtora portuguesa Gabriel Couto está a finalizar as obras do aeródromo de Afungi, uma infra-estrutura com 2.300 metros de pista, o suficiente para receber aviões de médio porte. Numa primeira fase, a pista tem 1.600 metros e já foi testada por um Embraer em meados de Fevereiro.

O “abandono” precoce da ligação rodoviária Pemba – Palma pelas companhias petrolíferas e suas subcontratadas foi precipitado pelos ataques registados em Fevereiro de 2019 contra viaturas da Anadarko (antes de ser comprada pela Occidental Petroleum e seus activos em Moçambique vendidos à francesa Total, operadora da Área 1 da Bacia do Rovuma) e mais tarde contra a construtora Gabriel Couto, com registo de um trabalhador morto. Além de “desaconselhar” viagens por terra, as companhias petrolíferas contrataram serviços de segurança das FDS para a protecção das suas operações. Entretanto, e segundo reportou o semanário Canal de Moçambique há duas semanas, parece que o “negócio” que envolve os operadores das

Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma e os Ministérios da Defesa Nacional e o do Interior não está a beneficiar os operativos das FDS que estão no terreno para garantir segurança.

Além do factor ataques, o desabamento da ponte sobre o rio Montepuez e o transbordo

do rio Messalo também inviabilizam a circulação na EN380. No rio Montepuez (distrito de Quissanga) foi aberto um desvio à ponte tombada na água; no Messalo (distrito de Muidumbe) a montagem da ponte metálica foi várias vezes interrompida na sequência de ataques nas zonas ribeirinhas.

Devido à insegurança na EN380, os distritos do norte de Cabo Delgado, incluindo as petrolíferas, são abastecidos via marítima: navios transportando produtos alimentares e combustível partem semanalmente do Porto de Pemba para Mocímboa e Palma.

Os investimentos no transporte aéreo dos colaboradores, no abastecimento via marítima e na contratação de serviços de segurança das FDS serão inscritos na planilha dos custos operacionais das petrolíferas, o que poderá concorrer para o “adiamento” da distribuição dos lucros da venda de gás natural liquefeito.

Sem as viaturas das empresas a circularem pela EN380, os “insurgentes” apontam os canos para viaturas que transportam passageiros e carga diversa. Os troços “Silva Macua – vila de Macomia”; “Chitunda – Auasse”; e “Macomia – Palma”, só para citar alguns, tornaram-se zonas de alto risco. Se antes limitavam as suas incursões nas comunidades costeiras, hoje os “insurgentes” sobem até à EN380 para “caçar” viaturas. A vítima mais recente foi um motorista de camião que foi atacado no troço entre aldeia de Nangololo e o cruzamento de ADPP. Amade Selemane teve ferimentos na mão esquerda, mas continuou com a viagem até chegar numa zona relativamente segura e com possibilidade de pedir socorro. Depois do ocorrido, o patrão de Amade Selemane seguiu viagem para recuperar o camião atacado: não chegou ao local, pois ele também foi vítima de um ataque.

“

O “abandono” precoce da ligação rodoviária Pemba – Palma pelas companhias petrolíferas e suas subcontratadas foi precipitado pelos ataques registados em Fevereiro de 2019 contra viaturas da Anadarko (antes de ser comprada pela Occidental Petroleum e seus activos em Moçambique vendidos à francesa Total, operadora da Área 1 da Bacia do Rovuma) e mais tarde contra a construtora Gabriel Couto, com registo de um trabalhador morto.

### INFORMAÇÃO EDITORIAL

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** João Nhabanga Tinga  
**Autor:** João Nhabanga Tinga  
**Equipa Técnica:** João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique  
 Telefone: 21 41 83 36

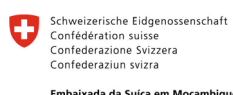
**CDD** Centro para Democracia e Desenvolvimento

🐦 CDD\_eleicoes | ✉ E-mail: info@cddmoz.org | 🌐 Website: www.cddmoz.org/eleicoes

#### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO